

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Fusão de emendas limita anistia ao débito liquidado em 6 meses

por Ascânio Seleme de Brasília

Já está pronta a fusão de emendas que retira a correção monetária dos débitos contraiados durante o Plano Cruzado. Os autores das três emendas, senador Mansueto de Lavor e deputados Humberto Souto e Ziza Valadares, definiram a abrangência da anistia limitando o benefício aos pequenos e médios produtores rurais e para os micros e pequenos empresários.

A fusão apresenta outra novidade que facilita ainda mais os entendimentos. Se aprovada em plenário, a emenda final vai beneficiar apenas os devedores que liquidarem seus débitos durante os 180 dias que se seguem à promulgação da Constituição. Quem não fizer o pagamento da dívida neste prazo perde o benefício e volta a dever à instituição financeira o

principal acréscimo dos juros e da correção monetária. O senador Mansueto de Lavor abriu mão de parte de seu projeto original, que era o mais amplo, para ganhar espaço de negociação dentro da Constituinte e junto aos órgãos do governo e bancos envolvidos na questão. Mansueto entende que a fusão acertada visa "tranquilizar o País e não abalar o sistema financeiro nacional".

As mudanças introduzidas na fusão de emendas serão apresentadas ao ministro Mailson da Nóbrega hoje, em reunião convocada pelo próprio ministro. Além dos autores das emendas, participam do encontro as principais lideranças do governo na Constituinte. O senador Mansueto de Lavor está preparando um extenso questionário para o ministro Mailson.

"Eu quero saber do ministro os números exatos que ele dispõe sobre as dívidas acumuladas", assegura Mansueto. O senador pernambucano acha que o ministro está "mal informado" sobre a questão. "No seu último pronunciamento sobre o assunto, Mailson disse que o prejuízo da emenda seria de 1 a 2 bilhões de dólares. A diferença de 100% entre um extremo e outro mostra bem o quanto o ministro está inteirado do assunto", ironiza.

TERRORISMO NUMÉRICO

O senador Mansueto de Lavor entende que o ministro Mailson da Nóbrega provoca "terrorismo numérico" toda vez que fala dos prejuízos que a sua emenda vai levar ao sistema financeiro do País. "Temos de acabar com es-

te terrorismo e levar tranquilidade à Nação", estimula o senador. Ele acredita que a fusão proposta vai levar a "paz" a devedores e credores em todo o País. O questionário do senador servirá também para acabar "com esta série de avaliações sobre os prejuízos que o projeto causará".

Para a reunião desta manhã, os autores das emendas trazem mais um trunfo para a mesa de negociação. O período das tomadas de empréstimos ainda não foi definido na fusão. Na emenda de Mansueto, a retirada da correção monetária seria sobre os empréstimos contraiados de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987. Os autores da fusão admitem limitar esta abrangência até 31 de dezembro de 1986, retirando o benefício sobre os empréstimos concedidos após esta data.

PROMULGAÇÃO

Constituinte já tem data para revisão

por José Casado de São Paulo (Continuação da 1ª página)

argumenta o senador Tito. "Costuma-se dizer que a Constituição dos Estados Unidos tem 200 anos, o que é verdade, mas lá existe a Suprema Corte que legisla constitucionalmente todas as terças-feiras, como dizem os advogados, com certa ironia."

A ansiedade pela revisão de um texto que sequer terminou de ser elaborado é evidente, pondera o senador Gerson Camata (PMDB-ES): "Aposto que no máximo seis meses depois da promulgação vai começar a 'chover' proposta para mudanças".

O deputado Afif Domingos vai além: antevê um confronto entre o programa do sucessor do presidente José Sarney, a ser eleito no próximo ano, e algumas diretrizes fundamentais da nova Carta, nos capítulos da Ordem Econômica e Social.

"O próximo presidente, certamente, vai ser empossado em 1990 já decidido a preparar o terreno para eleger uma maioria congressual, e com apoio dos novos governadores estaduais, na eleição do ano seguinte. E fará isso na perspectiva de vir a ter essa maioria no Congresso, não apenas para governar, mas sobretudo para adequar a Carta ao seu programa de governo, o que será a única forma de evitar a repetição dessa catástrofe chamada 'Nova República'. Tudo isso por quê? Porque na Constituição que estamos fazendo as contas simplesmente não fecham."



Guilherme Afif Domingos

São múltiplos os interesses que tendem a motivar esse processo de revisão, no médio prazo. Por exemplo: do lado das entidades empresariais, que construiram um dos mais poderosos "lobbies" nesses 17 meses de Constituinte, é grande a receptividade a essa tese.

Numa recente reunião da União Brasileira de Empresários, em Brasília, chegou-se a contabilizar 1.118 trechos do texto já aprovado da nova Carta passíveis de supressão, segundo o desejo da indústria, comércio, agricultura, finanças e transportes.

No outro extremo, em partidos como o PT, o descontentamento com alguns resultados da Carta também é latente (veja matéria abaixo) e pode vir a contribuir para acelerar esse processo de revisão. "Na aprovação da emenda, na semana passada, tivemos um ensaio, com o apoio da direita e da esquerda", observa o senador Ronan Tito.

Mailson discute perdão de dívidas

por Cláudia Safatle de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, recebe hoje às 11 horas da manhã quase duas dezenas de parlamentares para convencê-los de que a aprovação da anistia dos débitos de micros, pequenas e médias empresas e produtores agrícolas que contrairam financiamentos no período do Plano Cruzado tem efeitos perversos tanto para os bancos quanto para o Tesouro Nacional, dependendo de quem ficar encarregado de pagar a conta, estimada em CZ\$ 520 bilhões. Essa cifra corresponde, segundo um levantamento feito pelo Ministério da Fazenda, aos saldos das operações adicionadas aos encargos financeiros até 30 de junho deste ano, e representa 75% dos recursos economizados com o congelamento dos salários dos funcionários públicos.

Pelos cálculos da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (SEAE) do Ministério da Fazenda, a distribuição desses saldos é a seguinte: CZ\$ 160 bilhões correspondem a débitos contraiados por produtores

rurais (das regiões da Sudam, Sudene e Vale do Jequitinhonha); CZ\$ 250 bilhões por microempresas e mais CZ\$ 110 bilhões em programas especiais. Os cálculos foram efetuados com base na emenda ao capítulo das disposições transitórias apresentada pelo constituinte Humberto Souto, PFL de Minas Gerais, propondo a anistia das dívidas contratadas até o dia 31 de dezembro de 1987.

A primeira dúvida dos assessores econômicos que se debruçaram para avaliar os efeitos da proposta de emenda é sobre quem pagará essa conta: os bancos ou a União? Se forem os primeiros, argumentam, com as possíveis isonômias que decorrerão da aprovação da anistia para empresários, "produziriam um efeito devastador no sistema bancário", com reflexos "mais drásticos sobre os bancos estaduais e oficiais federais, cujas finanças já se encontram calamitadas", argumentam. Já os efeitos sobre as finanças públicas, caso caiba ao Tesouro Nacional arcar com a anistia, embora difíceis de calcular, "são simples de imaginar", completam os assessores.

Esses técnicos compararam o prejuízo que essa anistia imporá ao Tesouro Nacional a algumas despesas com a área social do orçamento da União deste ano.

Os CZ\$ 520 bilhões correspondem a sete vezes o orçamento do Ministério da Saúde, treze vezes o Programa do Leite ou vinte e duas vezes o programa da merenda escolar.

Outras indagações que os técnicos colocaram são: os empresários que quitaram seus débitos, como ficariam? Seriam ressarcidos

ORDEM SOCIAL

O impacto financeiro da Carta sobre a Previdência

por Thais Bastos de Brasília

A Previdência Social já sabe que terá problemas de caixa a médio prazo, caso todas as inovações nessa área contidas no texto votado pela Constituinte sejam mantidas inalteradas no segundo turno de votações. Um primeiro estudo técnico chegou às mãos do ministro Renato Archer na última sexta-feira, quantificando o impacto financeiro das medidas aprovadas, tanto do lado da receita quanto da despesa do sistema previdenciário. Apesar de ainda não ser possível quantificar o impacto global, em função de que grande parte deste efeito dependerá ainda do que for efetivamente definido na legislação ordinária, "já é possível prever dificuldades", disse uma qualificada fonte da área.

Através de seu porta-voz, José Monserrat Filho, Archer disse a este jornal que por enquanto não tecerá comentários a respeito do texto aprovado na primeira fase da Constituinte. Na Constituinte, um parlamentar do PMDB, estreitamente ligado às questões previdenciárias, comentou que um grupo já estuda uma estratégia de alterações de alguns pontos, e supressão de outros, no segundo turno de votação. Preocupa principalmente o Ministério da Previdência, segundo ele, a introdução da aposentadoria proporcional para as mulheres após 25 anos de trabalho e o direito de recebimento mensal de um salário mínimo pelos deficientes que não possam obter meios de subsistência.

No primeiro caso, o Ministério tentará articular a supressão do item no segundo turno de votação. Isso porque, conforme entendimento da previdência, aposentadoria por tempo de serviço não deve ser prioridade na seguridade social, visto que é muito grande o contingente de aposentados ainda aptos para o trabalho e que realmente retornam ao mercado, apesar de manter uma renda do governo. Mais importantes, na opinião do Ministério, são os benefícios assegurados em casos de invalidez, doença ou morte, em vista da impossibilidade real de qualquer outra renda ser auferida pelo segurado ou sua família.

Reforçando esta argumentação está o fato de que as aposentadorias por tempo de serviço representam o maior gasto da Previdência com benefícios. Em 1986, elas absorveram 28% dos recursos alocados com benefícios, que representaram, por sua vez, 64% do total de gastos do sistema previdenciário.

No caso da renda mensal para os deficientes, entende a Previdência que poderia ser testada uma alteração no texto garantindo algum tipo de diferenciação

em cruzados pelo valor corrigido? E os empresários rurais ou urbanos, de micro e pequeno porte, que em geral não têm acesso aos financiamentos bancários, não teriam de ser beneficiados de alguma maneira? "Raciocinando em termos de isonomia, por que não beneficiar os trabalhadores urbanos de baixa renda? E como isso seria feito?". Enfim, é com base nesses argumentos que o ministro pretende convencer os parlamentares a não aprovar essa emenda.

nos valores, dependendo do grau de comprometimento do deficiente e situação familiar.

MAIOR IMPACTO

Mas recai sobre a determinação da Constituinte de que o piso para todos os benefícios de prestação continuada da Previdência não pode mais ser inferior a um salário mínimo, o maior impacto nas contas da Previdência. Atualmente, esses benefícios, quando urbanos, não podem ser inferiores a 95% do salário mínimo de referência. Mas quando se destinam à área rural, são fixados entre 50 e 75% do salário mínimo. Portanto, se para os urbanos o texto aprovado não representa grandes impactos, no caso dos rurais os gastos adicionais serão substanciais.

Outro item de grande impacto financeiro nas contas da Previdência é o que prevê a atualização dos atuais benefícios, ainda não votado (consta das Disposições Transitórias). Um estudo da Previdência, realizado em setembro do ano passado, previa que essa atualização geraria um aumento de cerca de 10% nas despesas totais do sistema.

Outro problema para a Previdência: a Constituinte garantiu manter permanentemente o valor real dos benefícios. Mas a atual estrutura de financiamento da Previdência deposita 90% de sua receita sobre a folha de salários, que oscila ao sabor da economia, dependendo basicamente do comportamento do nível de emprego e política salarial, ou seja, gera uma séria incompatibilidade entre receita e gastos.

Para fazer frente a uma série de "avanços" garantidos pela Constituinte no capítulo da Seguridade Social, foi aprovado o alargamento das fontes de custeio do sistema. Além da extensão da possibilidade de filiação à Previdência para todo cidadão brasileiro (atualmente só as pessoas com vínculo empregatício podem participar), as empresas passam a ter seu faturamento e lucro taxados (atualmente descontam apenas sobre a folha de salários). Prevê-se também a incorporação pela Previdência, de parte dos recursos atualmente reservados ao Ministério da Saúde, cujas ações serão incorporadas pela seguridade.

Mas os técnicos já alertam o ministro para o fato de que esse incremento de receita é ainda insuficiente para arcar com o correspondente aumento de despesas. Renato Archer tem, portanto, o seguinte problema a resolver: como garantir grande parte do texto aprovado, que considera "justo por corrigir graves distorções atualmente verificadas", diante das limitações financeiras do sistema e do País que, em 1989, mais do que em 1988, deverá esforçar-se na contenção dos gastos públicos.

Dutra diz que o PT deve continuar pressões

O presidente nacional do PT, Olívio Dutra, disse ser prematura a proposta de alguns setores do partido de não assinar a nova Constituição. Ele entende que não se pode apenas analisar o texto final, mas deve ser feita uma avaliação de todo o processo constituinte. Para Olívio, segundo a Agência Globo, o novo texto constitucional ficou aquém da expectativa das esquerdas, mas, levando-se em conta a representação numérica na Assembleia, foi além de se prever.

Segundo Olívio Dutra, a direção nacional quer que os militantes debatam melhor a questão institucional e continuem fazendo pressões, pois ainda não foram votadas todas as Disposições Transitórias e também haverá o segundo turno de votações.

"Nós temos de trabalhar muito para garantir as conquistas já obtidas e até mesmo fazer modificações. Por exemplo, não podemos deixar na Constituição a

proibição de desapropriações de latifúndios produtivos. Esta questão deverá ser levada para a lei ordinária. Os "lobbies" conservadores vêm atuando num crescendo e os trabalhadores não se podem desmobilizar", explicou Olívio.

ELEIÇÕES

Candidato do PT à Prefeitura de Porto Alegre, Olívio está convicto de que as eleições municipais sairão ainda neste ano. "Embora existam interesses favoráveis à prorrogação, ninguém está disposto a assumir esta posição abertamente. Até mesmo o presidente José Sarney já se manifestou no sentido de que as eleições municipais aconteçam". Olívio afirmou que o PT concorrerá em 2.200 municípios onde tem diretórios organizados e espera vencer em pelo menos sete capitais: Porto Alegre, Vitória, Goiânia, Fortaleza, Macéio, Belo Horizonte e São Paulo, onde os candidatos são conhecidos e já estão em campanha.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Constituintes pensam em mandato-tampão

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, se reunirá com as lideranças partidárias para marcar uma data para a votação do projeto de lei que regulamenta as eleições municipais neste ano. A informação é do senador Jarbas Passarinho, que se encontrou ontem para discutir o assunto com Ulysses Guimarães no Palácio do Planalto, uma vez que o presidente da Constituinte ocupa interinamente a Presidência da República.

Na última semana, ganhou força a fusão das emendas dos deputados Rosa Prata, Gilson Machado e Arnaldo Martins, propondo eleições municipais neste ano, com mandato de dois anos, a terminar em 1º de janeiro de 1989, com direito à reeleição.

O senador, que defende a realização dessas eleições neste ano e a manutenção dos mandatos em quatro anos, disse que no Senado, onde o projeto de lei deve entrar hoje na ordem do dia para votação, já há um consenso de que ele deve ser aprovado na íntegra com a derrubada em bloco de todas as emendas que foram apresentadas. Se o Senado emendar o projeto, ele terá de voltar à Câmara dos Deputados para nova deliberação.

Um dos autores da emenda, o deputado Rosa Prata, explicou que o "mandato-tampão", de dois anos, tem como objetivo completar o processo de transição, fazendo as próximas eleições

municipais coincidirem com as dos governadores e do Congresso, em 1990. Prata, que foi prefeito por dois anos em Uberaba, no interior mineiro, disse que a redução do mandato não deve desestimular os candidatos — só na Constituinte há mais de 120 —, pois a reforma tributária aprovada pela Constituinte concede mais recursos aos municípios. Fazendo uma boa administração nesse período os prefeitos terão boas chances de se reelegerem, concluiu.

O senador José Fogaça, relator do projeto de lei, disse que a realização de eleições neste ano está garantida no projeto constitucional. Para alterar a data ou a duração desses mandatos os interessados deverão ter 280 votos a favor de sua proposta.

A não-aprovação do projeto pelo Congresso não inviabiliza as eleições, mas traz duas desvantagens, disse. Impedirá que os novos partidos participem do processo e deixará que a sua regulamentação seja feita pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Fogaça explicou que o projeto concede aos partidos noventa minutos de horário gratuito nos meios de comunicação. Se não for aprovado, essa e outras regras poderão sofrer alteração. O horário, por exemplo, pode vir a ser reduzido. Quanto aos novos partidos, a legislação atual prevê que a sua constituição depende do ingresso de pelo menos trinta parlamentares. O projeto reduz esse número para cinco.